



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



Processo nº 13864.000148/2008-91
Recurso Voluntário
Acórdão nº 2402-008.870 – 2ª Seção de Julgamento / 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 1 de setembro de 2020
Recorrente CAVENI CONSTRUTORA LTDA
Interessado FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

Data do fato gerador: 11/06/2008

NÃO APRESENTAÇÃO DE NOVAS RAZÕES DE DEFESA PERANTE A SEGUNDA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. CONFIRMAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA.

Não tendo sido apresentadas novas razões de defesa perante a segunda instância administrativa, adota-se a decisão recorrida, mediante transcrição de seu inteiro teor. § 3º do art. 57 do Anexo II do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aprovado pela Portaria MF nº 343/2015 - Ricarf.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Denny Medeiros da Silveira - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Márcio Augusto Sekeff Sallem - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Ana Claudia Borges de Oliveira, Denny Medeiros da Silveira (Presidente), Francisco Ibiapino Luz, Gregório Rechmann Júnior, Luís Henrique Dias Lima, Márcio Augusto Sekeff Sallem, Rafael Mazzer de Oliveira Ramos e Renata Toratti Cassini.

Relatório

Por bem transcrever a situação fática discutida nos autos, integro ao presente o relatório produzido pela 8ª turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campinas/SP, no acórdão nº 05-26.144:

O contribuinte identificado em epígrafe foi autuado por infração ao disposto no artigo 33, §§ 2º e 3º, da Lei n.º 8.212/91, tendo em vista *que a escrituração contábil contém vícios, erros e deficiências, tornando-a imprestável para o conhecimento da realidade dos fatos*, conforme consta do "Relatório Fiscal da Infração", fl. 13.

Em consequência, tratou a fiscalização de aplicar ao contribuinte a penalidade prevista no artigo 92 da Lei n.º 8.212/91, c.c. artigo 283, inciso II, "j", do Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto n.º 3.048/99, no valor de R\$ 12.548,77 (doze mil, quinhentos e quarenta e oito reais e setenta e sete centavos), reajustado conforme artigo 102 da Lei n.º 8.212/91, mediante a Portaria MPS/MF n.º 77 de 11/03/2008.

Consta ainda do relatório fiscal da infração que não restou configurada circunstância agravante da infração, não havendo autuações anteriores em nome da empresa.

Após ciência pessoal da autuação em 11/06/2008, a empresa apresentou defesa, fls. 76/83, juntando documentos, fls.84/194, alegando em síntese:

afirma que nunca se eximiu de suas obrigações previdenciárias destacando que as autuações decorreram da não aceitação pela fiscalização dos livros contábeis, mas todos os encargos previdenciários em relação à obra estão integralmente quitados conforme documentos que comprovam os valores gastos e recebidos quanto aos trabalhos executados;

menciona que ao ser intimado para esclarecer sobre a duplicidade de lançamentos efetuados em 28/10/2004, informou através da empresa responsável pela sua contabilidade, Aldebaran Assessoria Contábil, a origem de inclusão e do estorno dos valores lançados na mencionada data, totalizando o montante de R\$ 73.730,44, conforme documentos enviados e anexos;

acrescenta que os valores lançados no balanço de 2004 foram incluídos nesta competência com a finalidade de prestar contas aos sócios do empreendimento imobiliário em relação ao quanto seria gasto na obra, ocorrendo que os valores previstos não foram gastos no ano de 2004 gerando seu estorno, sendo que os gastos ocorreram efetivamente em 2005 e foram contabilizados neste ano conforme documentos que junta;

aponta que este fato levou a fiscalização a desconsiderar a contabilidade e lançar as contribuições devidas por aferição indireta o que redundou em débito além do valor real devido pela recorrente, sendo que a aferição é exceção devendo-se apurar os salários de contribuição pelo exame de documentos próprios, aceitando-se os valores contabilizados, nem sempre aplicando-se o disposto no artigo 33, § 4º, da Lei n.º 8.212/91, conforme doutrina que transcreve;

visando elucidar os valores estornados (2004) e seus posteriores gastos (2005) apresenta tabela com os valores lançados na contabilidade em 28/10/2004 com os estornos grifados, abaixo reproduzida:

2/1/2004	estorno	NF 092/094	adiantamento Caveni	R\$ 73.460,88
24/1/2005	1º gasto valor estornado	NF 887	crédito para Dominio Serv. Gerais	R\$ 3.722,23
24/2/2005	2º gasto valor estornado	NF 929	crédito para Dominio Serv. Gerais	R\$ 3.362,78
8/3/2005	3º gasto valor estornado	Recibo	Registro de Imóveis	R\$ 57.437,01
21/3/2005	4º gasto valor estornado	NF 942	crédito para Dominio Serv. Gerais	R\$ 4.024,17
25/4/2005	5º gasto valor estornado	NF 990	crédito para Dominio Serv. Gerais	R\$ 3.587,04
TOTAL				R\$ 145.594,11

defende, subsidiariamente, que os valores apurados pela nobre fiscal estão em desacordo com o devido, levando-se em consideração os juros e a legislação citada no auto de infração, pois o valor supostamente devido seria de R\$ 98.995,16, diferença que totaliza R\$ 1.554,31 dos R\$ 100.549,47;

requereu ao final o cancelamento do crédito previdenciário desimpedindo o fornecimento de Certidão Negativa de Débito junto ao INSS e subsidiariamente que seja diminuído o débito para o valor de R\$ 98.995,16.

Juntou:

procuração, fls. 84;

Contrato de constituição de sociedade em conta de participação, fls. 85/102;

Alteração Contratual Caveni Construtora, fls. 103/105;

Contrato social Caveni Construtora fls. 106/109;

Cópias do presente auto e dos autos de infração por descumprimento de obrigação principal AIOP Debcad n.º 37.036.826-6, Debcad n.º 37.036.825-8, Debcad n.º 37.036.827-4, fls. 110/173;

Cópias razão analítico, fls. 174/194;

É o Relatório.

A Autoridade Fiscal recorda que a autuação está relacionada com o lançamento de contribuições previdenciárias referentes à obra de construção civil informada na matrícula CEI n.º 43.520.02369/71 (Debcad n.º 37.036.826-6).

Apropriando-se da fundamentação legal e fática exarada quando do julgamento da infração conexa, a decisão manteve o lançamento por aferição indireta, pois demonstrado que a contabilidade não preenchia as formalidades legais, contendo informação diversa da realidade, assim admitindo o procedimento excessivo na forma do art. 33, §§ 3º, 4º e 6º da Lei n.º 8.212/91.

Ciência postal efetivada em 6/8/2009, conforme AR à fl. 420.

Recurso voluntário apresentado em 1/9/2009, às fls. 429/443.

De forma sintética, o Recorrente entende que sua contabilidade não pode ser desconsiderada apenas por haver estornos de lançamentos de valores não gastos, posteriormente efetuados e, de novo, escriturados. Em seguida, entabulou os lançamentos para bem ilustrá-los.

Na eventualidade de mantida a autuação, entende que o montante que deve é de R\$ 98.995,16, portanto, R\$ 1.554,31 a menos dos R\$ 100.549,47.

Sem contrarrazões.

É o relatório.

Fl. 4 do Acórdão n.º 2402-008.870 - 2ª Sejul/4ª Câmara/2ª Turma Ordinária
Processo n.º 13864.000148/2008-91

Voto

Conselheiro Márcio Augusto Sekeff Sallem, Relator.

O Recurso Voluntário é tempestivo e atende os demais requisitos de admissibilidade. Deve, portanto, ser conhecido.

Delimitação da Lide

O litígio é fruto da fiscalização que resultou na constituição de crédito tributário no Processo 13864.000149/2008-36 (Debcad n.º 37.036.826-6) e nos apensos 13864.00015/2008-61 (Debcad n.º 37.036.825-8) e 13864.000151/2008-13 (Debcad n.º 37.036.827-4), relativos às contribuições sociais incidentes sobre remuneração paga em execução de obra de construção civil de responsabilidade da autuada, com base nos mesmos elementos probatórios.

O Decad n.º 37.036.826-6, no valor de R\$ 60.676,40, refere-se ao lançamento na competência 5/2008, e compreende as contribuições da empresa (cota patronal), contribuições relativas ao financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrentes dos riscos ambientes do trabalho.

O Decad n.º 37.036.825-8, no valor de R\$ 23.114,83, corresponde à parte dos segurados empregados, referente aos fatos apontados anteriormente.

O Decad n.º 37.036.827-4, no valor de R\$ 16.758,24, compreende as contribuições destinadas a terceiros (Salário Educação, Incra, Senai, Sesi e Sebrae), referentes aos fatos apontados anteriormente.

Já o presente Decad n.º 37.036.824-0, no valor de R\$ 12.548,77, reporta-se à multa prevista nos arts. 92 e 102 da Lei n.º 8.212/91 e tipificada, no caso corrente, no art. 283, II, “j”, do Decreto n. 3.048/99 (Regulamento da Previdência Social).

Mérito

O fundamento da autuação é a apresentação deficiente da documentação requerida, contendo informação diversa da realidade.

Sobre isto, o Recorrente, em sua peça recursal, limita-se a reiterar os termos da impugnação apresentada.

Dessa forma, em vista do disposto no § 3º do art. 57 do Anexo II do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais¹, aprovado pela Portaria MF n.º 343/2015 – Ricarf, não tendo sido apresentadas novas razões de defesa perante a segunda instância administrativa, estando a conclusão alcançada pelo órgão julgador de primeira instância em consonância com o entendimento deste Relator, adoto os fundamentos da decisão recorrida, mediante transcrição do inteiro teor de seu voto condutor, mantidos os grifos e negritos originais.

¹ § 3º A exigência do § 1º pode ser atendida com a transcrição da decisão de primeira instância, se o relator registrar que as partes não apresentaram novas razões de defesa perante a segunda instância e propuser a confirmação e adoção da decisão recorrida. (Redação dada pela Portaria MF n.º 329, de 2017)

A impugnação é tempestiva e preenche os demais requisitos de admissibilidade, devendo ser conhecida e apreciada.

O contribuinte foi autuado por ter infringido o disposto no artigo 33, §2º e 3º, da Lei n.º 8.212/1991, que dispõe sobre a obrigatoriedade de exibição de documentos:

Art. 33. (...)

(...)

§ 2º A empresa, o servidor de órgãos públicos da administração direta e indireta, o segurado da Previdência Social, o serventuário da Justiça, o síndico ou seu representante, o comissário e o liquidante de empresa em liquidação judicial ou extrajudicial **são obrigados a exhibir todos os documentos e livros relacionados com as contribuições previstas nesta Lei.**

§ 3 Ocorrendo recusa ou sonegação de qualquer documento ou informação, **ou sua apresentação deficiente**, o Instituto Nacional do Seguro Social-INSS e o Departamento da Receita Federal-DRF podem, **sem prejuízo da penalidade cabível**, inscrever de ofício importância que reputarem devida, cabendo à empresa ou ao segurado o ônus da prova em contrário. grifei

Como se vê não só a conduta de não apresentar documentos e livros relacionados a contribuições previdenciárias é passível de autuação, mas também a apresentação deficiente desta documentação, como vem explicitado no parágrafo único do artigo 233 do Decreto n.º 3.048/99:

Art.233. Ocorrendo recusa ou sonegação de qualquer documento ou informação, ou sua apresentação deficiente, o Instituto Nacional do Seguro Social e a Secretaria da Receita Federal podem, sem prejuízo da penalidade cabível nas esferas de sua competência, lançar de ofício importância que reputarem devida, cabendo à empresa, ao empregador doméstico ou ao segurado o ônus da prova em contrário.

Parágrafo único. **Considera-se deficiente o documento ou informação apresentada que não preencha as formalidades legais, bem como aquele que contenha informação diversa da realidade, ou, ainda, que omita informação verdadeira.** grifei

Relata a fiscalização que a escrituração contábil do contribuinte contem vícios, erros deficiências, tornando-a imprestável para o conhecimento da realidade dos fatos.

Conforme se verifica do Termo de Encerramento da Ação Fiscal, fls. 12, a presente autuação está relacionada com o lançamento de contribuições previdenciárias referente a obra de construção civil matrícula CEI n.º 43.520.02369/71, em nome da Caveni Construtora, consubstanciado no auto de infração Debcad n.º 37.036.826-6 (processo principal) **conexo a** este auto, e julgado nesta mesma sessão de julgamento.

O contribuinte apresentou defesa de igual teor para todas as autuações lavradas na mesma ação fiscal, conforme informado à fl. 197, destacando no preâmbulo de sua defesa o seguinte:

O Instituto Nacional do Seguro Social — INSS apresentou o presente AI, penalizando a recorrente nas supostas infrações:

1ª) Deixar a empresa de exhibir qualquer documento ou livro que não atenda as formalidades legais exigidas, que contenha informação diversa da realidade ou que omita informação verdadeira;

2ª) Débitos com a Previdência Social quanto a contribuições previdenciárias correspondentes à parte de segurados relativos exclusivamente à obra de construção civil;

3ª) Débitos com a Previdência Social quanto a contribuições previdenciárias correspondentes à parte da empresa e ao financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrentes dos riscos ambientais do trabalho; e

4ª) Débitos com a Previdência Social quanto a contribuições destinadas a outras entidade (Salário Educação, Incra, Sebrae, Sesi e Senai) relativos exclusivamente à obra de construção civil.

Sustentou que todas as operações relativas à obra foram contabilizadas devidamente, insurgindo-se contra a apuração da base de cálculo das contribuições mediante o uso da aferição indireta.

Juntou a fiscalização às fls. 18/46 destes autos, os documentos que comprovam as irregularidades na escrita contábil da autuada, em especial na escrituração do livro diário.

Tendo em vista que a presente autuação, relaciona-se diretamente com o mérito da autuação principal em que se discute a validade da utilização da técnica da aferição indireta pela fiscalização, quando apresentada contabilidade irregular pelo contribuinte, peço vênha para transcrever excertos da decisão exarada no auto principal e apensos (Debcad n.º 37.036.826-6, Debcad n.º 37.036.825-8, Debcad n.º 37.036.827-4), quanto q. comprovação das irregularidades na contabilidade, ainda porque apresentada defesa de igual teor nestes autos.

Da aferição indireta

O impugnante insurge-se contra a apuração da base de cálculo das contribuições mediante o uso da aferição indireta, sustentando que todas as operações relativas à obra foram contabilizadas devidamente.

No entanto, a fiscalização motivou o lançamento, comprovando com a juntada de documentos de fls.27/54, as irregularidades na contabilidade da autuada que autorizam o lançamento das contribuições mediante o emprego da técnica da aferição indireta, a que diz respeito o artigo 33, §§ 3º e 6º da Lei n.º8.212/91.

Com efeito, foram apontadas as seguintes irregularidades na contabilidade da autuada em relação à obra de construção civil objeto deste lançamento: lançado em 28/10/2004, no valor de R\$ 220.778,69, na conta construções em andamento documentos já contabilizados anteriormente em 13/01/2004, 01/03/2004 e 11/03/2004, conforme planilha abaixo e cópias Diário às fls. 28/30 e 34 e anexo à fl. 35:

Data Lança//	Conta Devedora	Conta credora	Histórico	Valor
13/1/2004	19848-8 Constr. Anda//	10005-1 Caixa	NF 092 de 13/01/2004 Caveni Constr	36.730,44
1/3/2004	19848-8 Constr. Anda//	10005-1 Caixa	NF 001710 Potencialto Instal. e Com	1.828,60
11/3/2004	19848-8 Constr. Anda//	10005-1 Caixa	NF 094 de 24/03/2004 Caveni Constr	36.730,44

documentos contabilizados em 28/10/2004 a débito de construções em andamento e crédito de caixa, referentes a exercício futuro (2005):

Data Doc//	Histórico	Valor
8/3/2005	Recibo s/nº Registro de Imóveis	57.437,01
24/1/2005	NF 0887 Dominio Serv Gerais Ltda	3.722,23

24/2/2005	NF 0929 Dominio Serv Gerais Ltda	3.362,78
21/3/2005	NF 0942 Dominio Serv Gerais Ltda	3.700,44
25/4/2005	NF 0990 Dominio Serv Gerais Ltda	3.587,04
24/5/2005	NF 1054 Dominio Serv Gerais Ltda	4.024,17

verificação na escrituração contábil, Livros Diário, de saldo credor na conta caixa em 2003 e 2004:

Data	Conta	Saldo Credor
19/11/2003	10050-1 Caixa	2.087,83
20/11/2003	10050-1 Caixa	16.854,24
21/11/2003	10050-1 Caixa	14.919,56
24/11/2003	10050-1 Caixa	14.749,56
2/1/2004	10050-1 Caixa	76.020,83
5/1/2004	10050-1 Caixa	75.192,23
6/1/2004	10050-1 Caixa	76.462,54
7/1/2004	10050-1 Caixa	75.572,79
8/1/2004	10050-1 Caixa	86.983,91
9/1/2004	10050-1 Caixa	92.177,09
28/10/2004	10050-1 Caixa	26.112,87

saldo nas contas caixa, bancos, construções em andamento e fornecedores conforme Balanço Patrimonial encerrado em 30/06/2005, constante do livro Diário n.º 03, registrado em 20/05/2008 e Declaração de 27/05/2008 em que consta a dissolução da sociedade em conta de participação em 24/05/2005, e que os saldos existentes foram divididos em partes iguais entre os sócios.

Apesar do defendente alegar que houve o devido estorno dos lançamentos efetuados em 28/10/2004, não houve a efetiva comprovação destes nos documentos juntados de fls. 187/207, somente se verifica na cópia do razão analítico a fl. 187, estorno no razão analítico no valor de R\$ 73.460,88, na conta Caixa, em 02/01/2005, porém foi verificado pela fiscalização saldo credor na conta Caixa tanto nas competências de 2003 como no decorrer de 2004, o que não possibilita afirmar que a contabilidade da atuada encontrava-se regular como pretende o defendente.

Ademais, as cópias das notas fiscais lançadas na contabilidade da atuada em 28/10/2004, relação à fl. 130, demonstram que a contabilização destas era extemporânea à data da ocorrência da prestação de serviços, conforme exemplifico:

- nota fiscal 094 emitida em 24/03/2004 pela Caveni Construtora Ltda e contabilizada em 11/03/2004, posteriormente em 28/10/2004 e estorno em 02/01/2005;

- nota fiscal 001710 emitida em 16/12/2003 pela Potencialto Instalações e Comércio Ltda, fl. 38, contabilizada em 01/03/2004, fl. 29, e conforme esclarecimento da assessoria contábil acostado à fl. 53: “em 28/10/2004 lançado equivocadamente para construções em andamento gerando duplicação do mesmo documento, porém deve ter sido algum pagamento de igual valor”;

- certidão do cartório de registro de imóveis, fls. 40, no valor total de custas de R\$ 57.437,01, emitida em 08/03/2005, contabilizada em 28/10/2004 a crédito de caixa, e segundo a tabela apresentada na defesa estornada em 08/03/2005, o que não restou comprovado pois consta no razão analítico juntado à fl. 191 como pagamento do cartório de registro, ou seja a contabilidade da atuada aponta pagamentos realizados a crédito de caixa em duas ocasiões, sendo certo que se houvesse verdadeira provisão de despesa esta não poderia ser creditada a conta caixa mas contabilizada a débito de construções em andamento em contrapartida com conta credora do passivo em que deveriam estar inseridas tais provisões, o que de fato não ocorreu.

Ademais a alegação de que os valores lançados no balanço de 2004 foram incluídos nesta competência com a finalidade de prestar contas aos sócios do empreendimento imobiliário em relação ao quanto seria gasto na obra, não pode se sustentar pois, como já visto, não houve provisionamento de despesas em 2004 mas pagamento a crédito da conta caixa, o que fere totalmente os princípios de contabilidade, em especial os da competência e da oportunidade, conforme Resolução CFC n.º 750/93, que assim dispõe a respeito:

Art. 1º Constituem PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE (PFC) os enunciados por esta Resolução.

O PRINCÍPIO DA OPORTUNIDADE

Art. 6º O Princípio da OPORTUNIDADE refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram.

O PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA

Art. 9º As receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

Com efeito, para fazer prova a favor do contribuinte a contabilidade deve espelhar o movimento fiel dos fatos contábeis sendo obrigação da empresa manter os livros de acordo com as disposições legais vigentes, em especial a Lei n.º 10.406, de 10/01/2002, que assim disciplina:

Art. 1.183. A escrituração será feita em idioma e moeda corrente nacionais e em forma contábil, por **ordem cronológica de dia**, mês e ano, sem intervalos em branco, nem entrelinhas, borrões, rasuras, emendas ou transportes para as margens.

Art. 1.184. No Diário serão lançadas, com individualização, clareza e caracterização do documento respectivo, **dia a dia**, por escrita direta ou reprodução, todas as operações relativas ao exercício da empresa.

§ 1 Admite-se a escrituração resumida do Diário, com totais que não excedam o período de trinta dias, relativamente a contas cujas operações sejam numerosas ou realizadas fora da sede do estabelecimento, desde que utilizados livros auxiliares regularmente autenticados, para registro individualizado, e conservados os documentos que permitam a sua perfeita verificação.

(...)

A lei prescreve que a escrituração dos livros do empresário deve obedecer à ordem cronológica e ainda a individualização, dia a dia, das operações relativas ao exercício da empresa, o que não foi observado quando da escrituração do livro Diário, configurando-se pois a apresentação deficiente deste Livro, por não preencher as formalidades legais.

Outrossim, é de se ressaltar que é do interesse da fiscalização tributária, na condição de usuária das informações contábeis da empresa, para aferição da exata base de cálculo das contribuições empresariais e de cada segurado, que a contabilização seja efetuada por fato gerador. Além do mais, as demonstrações contábeis objetivam fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões

e avaliações por parte dos usuários em geral, não tendo o propósito de atender finalidade ou necessidade específica de determinados grupos de usuários.

Com efeito, temos que se o contribuinte deixa de lançar fato contábil ou o lança incorretamente, o que contraria regras contábeis básicas, retira por completo os atributos de confiabilidade que deve revestir a contabilidade do sujeito passivo, porquanto pode induzir a autoridade fiscal a erro na aferição do exato montante das contribuições exigidas.

Dessa forma, não há que se afastar o lançamento por aferição pois demonstrado pela fiscalização que a contabilidade do contribuinte não preenche as formalidades legais, contendo informação diversa da realidade, consubstanciando a situação constante do permissivo legal que abaixo transcrevo:

Art. 33. (...)

(...)

§ 3º Ocorrendo recusa ou sonegação de qualquer documento ou informação, ou sua apresentação deficiente, o Instituto Nacional do Seguro Social-INSS e o Departamento da Receita Federal-DRF podem, sem prejuízo da penalidade cabível, inscrever de ofício importância que reputarem devida, cabendo à empresa ou ao segurado o ônus da prova em contrário.

§ 4º Na falta de prova regular e formalizada, o montante dos salários pagos pela execução de obra de construção civil pode ser obtido mediante cálculo da mão-de-obra empregada, proporcional à área construída e ao padrão de execução da obra, cabendo ao proprietário, dono da obra, condômino da unidade imobiliária ou empresa co-responsável o ônus da prova em contrário.

(...)

§ 6º Se, no exame da escrituração contábil e de qualquer outro documento da empresa, a fiscalização constatar que a contabilidade não registra o movimento real de remuneração dos segurados a seu serviço, do faturamento e do lucro, serão apuradas, por aferição indireta, as contribuições efetivamente devidas, cabendo à empresa o ônus da prova em contrário.

Ressalte-se por fim que todos os recolhimentos e salários de contribuição declarados em guias GFIP foram considerados para abatimento do débito conforme se verifica do Aviso de Regularização de Obra às fis. 56/57.

Com relação à divergência dos valores apurados pela fiscalização, decerto isto não respinga na multa por descumprimento de obrigação acessória, hipótese prevista nestes autos.

CONCLUSÃO

Voto em negar provimento ao recurso voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Márcio Augusto Sekeff Sallem